

## SOBRE O GESTO DE LEITURA DE UM ARQUIVO DE PAJUBÁ: SILENCIAMENTO, REPARAÇÃO E HOMENAGEM

*SOBRE EL GESTO DE LECTURA DE UN ARCHIVO DE PAJUBÁ: SILENCIAMIENTO,  
REPARACIÓN Y HOMENAJE*

*ON THE PRACTICES OF READING A PAJUBÁ ARCHIVE: SILENCING, REPARATION  
AND HOMAGE*

Kaya Araújo Pereira<sup>1</sup>

Vanise Medeiros<sup>2</sup>

Thaís de Araújo da Costa<sup>3</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, aprofundamos e divulgamos a fundamentação teórica que tem embasado a leitura de um arquivo de pajubá (língua com que se têm identificado sujeitos reprimidos por sua sexualidade no Brasil). A partir de uma perspectiva discursivo-materialista de História das Ideias Linguísticas (Auroux, 1992; Orlandi, 2002), debatemos a pergunta inicial e os critérios de montagem do arquivo de pajubá em questão. Em seguida, expomos as críticas de Pêcheux (1994) a duas tradições de leitura, a literária e a científica, bem como embasamos o conceito de “arquivo” para a análise do discurso materialista (Courtine, 2014). Prosseguimos com uma teorização sobre a tensão entre “o lembrar, o esquecer, o repetir, o deslocar” (Mariani; Medeiros, 2024) no arquivo de pajubá. Para isso, acrescentamos ao debate as contribuições de filósofos como Derrida (1995, 2002), Mbembe (2002) e de historiadores como Nora (1993). Aos poucos, esboçamos o espaço polêmico de silenciamento, reparação e homenagem, nos gestos de leitura sobre o pajubá em diferentes condições de produção, refletindo sobre a questão política da relação entre arquivo, discurso e memória.

**Palavras-chave:** Pajubá; arquivo; discurso.

**RESUMEN:** En este artículo profundizamos y difundimos el fundamento teórico que ha sustentado la lectura de un archivo de pajubá (el lenguaje con el que se han identificado sujetos reprimidos por su sexualidad en Brasil). Desde una perspectiva discursivo-materialista de la Historia de las Ideas Lingüísticas (Auroux, 1992; Orlandi, 2002), discutimos la cuestión inicial y

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (POSLING-UFF). Mestre pelo mesmo programa. Apoiada financeiramente por bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). O presente artigo foi orientado por Vanise Medeiros e coorientado por Thaís de Araújo da Costa. E-mail: kaya.adup@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora associada da Universidade Federal Fluminense, Pesquisadora do CNPq (Processo no. 310517/2021-4) e pesquisadora CNE FAPERJ (Processo n.º 203.310/2017).

<sup>3</sup> Professora de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do POSLING-UFF. Doutora em Estudos da Linguagem pela UFF. Coordenadora do Projeto Arquivos de Saberes Linguísticos e da Coleção Letras da EDUERJ.

los criterios para hacer el archivo de pajubá en cuestión. A continuación, exponemos la crítica de Pêcheux (1994) a dos tradiciones de lectura, la literaria y la científica, así como fundamentamos el concepto de “archivo” para el análisis del discurso materialista (Courtine, 2014). Continuamos con una teorización sobre la tensión entre “recordar, olvidar, repetir, desplazar” (Mariani; Medeiros, 2024) en el archivo de pajubá. Para ello sumamos a la discusión aportes teóricos de filósofos como Derrida (1995, 2002), Mbembe (2002) e historiadores como Nora (1993). Gradualmente, creamos el espacio polémico de silenciamiento, reparación y homenaje, en los gestos de lectura sobre pajubá en diferentes condiciones de producción, reflexionando sobre el carácter político de la relación entre archivo, discurso y memoria.

**Palabras-clave:** Pajubá; archivo; discurso.

**ABSTRACT:** In this article, we aim to make public and take a closer look at the theoretical bases by which we’ve been reading a pajubá archive (language that subjects repressed for their sexualities have identified themselves to, in Brazil). Based on a discursive-materialist standpoint within the History of Linguistics Ideas area (Auroux, 1992; Orlandi, 2002), we’ll discuss the start question and organization criteria of the archive. Therefore, we’ll expose Pêcheux’s (1994) criticism to two traditions of reading, the literary and the scientific ones, as well as we present the concept of “archive” for the materialist discourse analysis area (Courtine, 2014). We proceed with a theoretical discussion on “the remembering, the forgetting, the repeating, the displacing” tension (Mariani; Medeiros, 2024) in the pajubá archive. So we’ll add to the discussion contributions from philosophers Derrida (1995, 2002), Mbembe (2002), and historians like Nora (1993). Gradually, we’ll draw the polemical space of silencing, reparation, and homage, in the practices of reading pajubá under different conditions of production, as we reflect on the politics over archive, discourse, and memory.

**Keywords:** Pajubá; archive; discourse.

## 1 Introdução

A partir do encontro entre as áreas de História das Ideias Linguísticas e Análise do Discurso materialista, este artigo visa aprofundar e divulgar a reflexão sobre arquivo que embasou minha pesquisa sobre pajubá na década de 1980 (Pereira, 2024). Para começar, apresentaremos ao leitor a pergunta inicial e os critérios que orientaram a montagem do arquivo. Em seguida, discutiremos teoricamente os conceitos de “arquivo” e “memória”, em uma perspectiva discursivo-materialista.

Nessa perspectiva, a noção de arquivo não se limita a um conjunto de documentos sobre um assunto, mas se articula à noção de “memória institucionalizada, ou seja, [...] à complexidade da tensão entre o lembrar, o repetir, o deslocar e o esquecer inerente aos processos de produção do saber discursivo” (Mariani; Medeiros, 2024, p. 157-158). Como veremos, o arquivo de pajubá, em uma leitura possível, se articula a uma memória (não) institucionalizada, impactada pela relação de forças desigual – e ainda atual<sup>4</sup> – entre a ideologia dominante e as ideologias *queer*. Em outras conjunturas, articula-se a uma memória controlada por gestos de leitura reparatórios ou militantes. Como a tensão entre “o lembrar, o repetir, o

---

<sup>4</sup> Em 2018, o trigésimo-oitavo presidente do Brasil repudiou publicamente uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sobre o pajubá. Para uma análise do repúdio, cf. Turra e Costa (2022).

deslocar e o esquecer”, em cada conjuntura, pode vir a ser considerada em um arquivo de pajubá?

No que tange à língua em processos de dominação afins, consta na Nota Técnica “Conscientização do direito humano à diversidade linguística e formas de compensação pela história de repressão linguística no Brasil desde o início do processo de colonização”, assinada por instituições atuantes em políticas linguísticas, que as iniciativas de reparação ao glotocídio no Brasil deveriam considerar as consequências da “dissolução das línguas africanas” (Morello, 2024, p. 239) pelo Estado. Também, essas iniciativas deveriam combater o “racismo linguístico institucional” (Morello, 2024, p. 244) profundamente enraizado, o qual tem posicionado os africanos e suas línguas como “outros” (Morello, 2024, p. 244). Gostaríamos de fazer uma paráfrase.

Acreditamos que deveríamos considerar também as consequências da ‘dissolução das línguas da população sexo-diversa’, o combate à ‘lgbtfobia linguística institucional’ e a posição da multidão *queer* e sua língua enquanto língua(s)/sujeito(s) ‘outros’. Procuraremos justificá-lo ao longo do artigo, mas antecipamos que buscamos produzir conhecimento e promover visibilidade para a língua pajubá e os sujeitos a ela identificados, em oposição a tais apagamentos.

A partir da relação entre sujeito, conhecimento linguístico, história e Estado, interesse teórico do encontro entre as áreas de História das Ideias Linguísticas e a Análise do Discurso materialista, Orlandi (2002, p. 9) diria que, através da “história de constituição da língua e do conhecimento a respeito dela”, é possível “observar a história do país”. Nesse sentido, este estudo do pajubá, suscitando uma reflexão sobre arquivo e memória, busca auxiliar a observar a história do país, com destaque, porém, para o que tem sido posto à margem pelas práticas racistas e lgbtfóbicas do Estado.

## 2 A montagem do arquivo

Conheci<sup>5</sup> o pajubá por volta de 2013, quando atingi a maioridade e me aproximei de movimentos sociais. Parecia um vocabulário e um jeito. Em geral, os estudos acadêmicos, baseados em relatos orais, explicam que o pajubá teria surgido na ditadura militar brasileira (1964-1985), como estratégia de defesa de travestis profissionais do sexo contra a violência de policiais e civis, a partir da substituição de palavras comuns por empréstimos de religiões afro-brasileiras, entre outros neologismos (cf. Kulick, 1998; Florentino, 1998; Alonso, 2005; Pelucio, 2009; Borba, 2016; Araujo, 2018; Moura, 2018; Turra; Costa, 2022; Petri, 2022).

O primeiro dicionário de pajubá é de 1992 (Astral, 2019 [1992]) e, aparentemente, o primeiro registro escrito é de 1980 (Lampião, 1980 *apud* Araujo, 2018). Devido à escassez de produção de conhecimento sobre o pajubá ao longo da década de 1980, a montagem do arquivo de pajubá em Pereira (2024) parte de uma pergunta: como o pajubá (não) significava no período?

Para estabelecer o que seria considerado “pajubá” (e assim definir palavras-polo para a elaboração do arquivo, como explicaremos adiante), foi feito um cotejo entre dois dicionários: um de pajubá (Astral, 2019 [1992]) e outro de africanismos no Brasil (Castro, 2001). Após o cotejo, destacam-se mais de 40 verbetes semelhantes, a partir do gesto de interpretação de

---

<sup>5</sup> A flexão de verbos na primeira pessoa do singular diz respeito à experiência individual da primeira pesquisadora.

Pereira (2024). Em bibliotecas, acervos e na internet, foi investigado se esses possíveis africanismos do pajubá ocorriam em documentos da década de 1980 que também tematizassem, de algum modo, a multidão *queer*<sup>6</sup>.

Foram encontrados menos de 20 africanismos do pajubá em uso<sup>7</sup>, espalhados por seis documentos. Entre os falantes de pajubá no período, havia adolescentes e homens michês, homossexuais e travestis profissionais do sexo, nas cidades de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Florianópolis (SC) e Salvador (BA), assim como negros homossexuais do candomblé na cidade de Salvador (cf. Adé, 1981; Erdmann, 1981; Perlongher, 1987; Mott, Assunção, 1987; Pedro, s.d.; Vem Comigo, 2016). Essas “identidades” distribuídas pela ideologia sexual e racial dominantes demarcavam alvos do aparato repressivo do Estado e indivíduos alijados de direitos<sup>8</sup>.

“As pedras falam”, como diria Freud, ao relacionar o trabalho terapêutico ao de um arqueólogo que, escavando, finalmente encontra — e não mais apenas supõe, imagina — destroços de construções antigas. Essa comparação foi utilizada por Jacques Derrida (1995), ao refletir sobre o processo de arquivo. Por sua vez, Michel Pêcheux (1999) citaria um provérbio chinês<sup>9</sup> que nos convidaria, por exemplo, a olhar para essa mão que escava. Em nosso caso, o provérbio citado por Pêcheux nos convidaria a olhar para o modo de leitura do arquivo, cerne da reflexão deste artigo, e não só para o que é lido nas práticas discursivas que o compõem.

### 3 Por uma leitura discursiva do arquivo de pajubá

Na seção anterior, expusemos o ponto de partida para a confecção do arquivo de pajubá. Para Courtine (2014), esta seria uma “maneira clássica” de arquivo: feito “a partir da seleção de uma palavra-polo [os africanismos do pajubá] cujos contextos de frase são sistematicamente levantados num campo discursivo restrito” (Courtine, 2014, p. 77), em nosso caso, o discurso sobre língua(s) em sua relação com a multidão *queer* na década de 1980.

Dissemos na introdução que a noção de arquivo, em uma perspectiva discursivo-materialista, articula-se à de memória institucionalizada, ou seja, à tensão entre “o lembrar, o esquecer, o repetir, o deslocar” (cf. Mariani; Medeiros, 2024). Agora, aprofundaremos esse debate em torno de gestos de leitura de arquivo, começando com o que nos ensinara Pêcheux (1994).

Em um texto dedicado à reflexão sobre arquivo, Pêcheux (1994) se contrapõe ao conceito usual de arquivo como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (Pêcheux, 1994, p. 3). Diz o autor que, na esteira dessa concepção, o “humanismo contemporâneo” (Pêcheux, 1994, p. 3) tem se desdobrado em duas tradições de leitura de arquivo. Uma leitura científica, que busca estabilizar e organizar os dados, e uma leitura literária, que busca interpretar ou aprofundar-se nos dados.

<sup>6</sup> Por multidão *queer*, abarca-se uma infinidade de subjetividades em contexto de desterritorialização do espaço (e do discurso) majoritário, inclusive, tomando de assalto os centros das metrópoles brasileiras, constituindo o que ficaria conhecido como “gueto homossexual” (Preciado, 2011).

<sup>7</sup> *Acué, adé, alibã, amapô, acuendar, azuelar, dundum, edi, equê, erê, ilê, mona, mucunã, obé, xirê, ocó e odara* (cf. Pereira, 2024).

<sup>8</sup> Pelucio (2009), por exemplo, destaca que a cidadania das travestis começou a ser efetivada com o direito à saúde, no âmbito das estratégias de combate à epidemia ao HIV, somente na virada para a década de 1990.

<sup>9</sup> “Quando o sábio aponta para as estrelas, o idiota olha para o dedo.”

Quanto à cultura de leitura literária, Pêcheux aponta que as polêmicas constantes entre as diferentes interpretações de historiadores e filósofos são motivadas pelo erro de considerar uma literalidade do sentido. Já a leitura científica, que começa com “apagamento de si na prática silenciosa” (Pêcheux, 1994, p. 3) do trabalho de copistas, semelhante à leitura sem originalidade da atual informática, serve a uma interpretação legítima e lógica do Estado, de modo que tal “divisão social do trabalho de leitura” (Pêcheux, 1994, p. 4) é subserviente ao controle social.

Pêcheux (1994) alerta que, na leitura científica ou literária, “a materialidade da língua [...] não terá sido (na melhor das hipóteses) senão um meio transparente, ou (na pior) a vidraça empoeirada através da qual se incita a espreitar ‘as próprias coisas’” (1994, p. 10). Cita Pêcheux que o sentido é “relação à, o homem pode jogar com o sentido, desviá-lo, simulá-lo, mentir, armar uma cilada” (Canguilhem, 1990, p. 16-17 *apud* Pêcheux, 1994, p. 9). Em outras palavras, o sentido não pertence à máquina tampouco ao humano que interpreta. Não existe um sentido calculável pelo computador tampouco revelável por nossa subjetividade.

Tal reflexão inspira a definição de arquivo como “espaço polêmico de maneiras de ler, que descreve a [...] relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (Pêcheux, 1994, p. 3). Poderíamos dizer que a leitura discursiva busca analisar como diferentes leituras são (im)possíveis, em determinadas condições de produção, considerando que os sentidos são constitutivamente opacos, em confronto.

O conceito de “condições de produção” fora teorizado por Pêcheux em uma de suas primeiras obras, onde foi proposta a Análise Automática do Discurso (Pêcheux, 1997 [1969]). Para Pêcheux (1997), as condições de produção seriam o “mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso” (Pêcheux, 1997, p. 78) e constituiriam os efeitos de sentido. Leitor de Pêcheux, Courtine (2016) explicaria que as condições de produção do sentido tecem “a relação entre a materialidade linguística de uma sequência discursiva e as condições históricas que determinam sua produção” (Courtine, 2016, p. 20). Atuam como condições de produção as formações imaginárias (sobre si, o interlocutor e o assunto), as circunstâncias e as relações de força, afetando “diretamente as tomadas de posição e formulação dos dizeres” (Perini, 2023, p. 20).

Conforme Courtine (2014), “é a noção de ‘dominância por condições de produção estáveis e homogêneas’ que ‘garante’ as operações de constituição do *corpus*”. Em outras palavras, o “tema” se caracteriza como condição de produção da estabilidade/homogeneidade do arquivo, fazendo trabalhar o imaginário de sua “unicidade temática”. Este arquivo de pajubá, por exemplo, investiga o ‘discurso sobre língua(s) em sua relação com a multidão *queer* na década de 1980’, em que se articulam os ‘africanismos do pajubá’.

Contudo, buscamos evitar que a ilusória homogeneidade de tal trajeto temático possa vir a produzir o efeito de naturalização de tais saberes, como se encontrássemos o que, *antes*, já supúnhamos estar ali, em uma circularidade (Courtine, 2014, p. 155). Para isso, perguntamos: como, “no próprio discurso e pelo próprio discurso, um elemento pode ser caracterizado como tema de discurso?” (Courtine, 2014, p. 155).

Além disso, abarcamos a heterogeneidade das condições de produção, sua dimensão simbólico-política, e não empírica. Por ‘os africanismos’, ‘o pajubá’, ‘a língua’, ‘a multidão *queer*’, a ‘década de 1980’ etc. não acessamos diretamente *uma* coisa no mundo, mas produzimos sentidos que estão em relação a outros sentidos, a partir de uma memória de efeitos (cf. Courtine, 2014, p. 150). Isso envolve considerar que outras leituras serão feitas em outras

condições de produção (variação de conjunturas, circunstâncias, sujeito, lugar do sujeito, interlocutor etc.), configurando uma dispersão do(s) discurso(s).

Em artigos posteriores, analisaremos recortes do arquivo, em específico, a tentativa de equivalência entre o pajubá e o português, discurso sintaticamente marcado por estruturas como “x quer dizer y”, “x é y” etc. Para este artigo, propomos o esboço de um espaço diferencial de maneiras de ler o arquivo, analisando a dispersão e o trabalho da memória, em seu perpétuo confronto. Ao fim, refletimos: como (não) ler o arquivo de pajubá hoje?

### 3.1 O silenciamento, a reparação, a homenagem: tensões no arquivo de pajubá

Começaremos com a apresentação dos conceitos de “memória” e “esquecimento”, a partir da análise do discurso materialista, a fim de compreender como o silenciamento à multidão *queer* acarreta a tensão entre o “esquecer” brutal (o ‘arquivo queimado’, conforme a expressão popular) e um “repetir” insubmisso, que não se deixa apagar. Em outras palavras, o Estado e os sujeitos identificados à língua confrontavam-se, produzindo lacunas e documentos vestigiais, que ousaram perdurar e nos permitem ler sentidos que deveriam ter sido interditados.

Conforme Pêcheux (1999), existiria um “jogo de força na memória” (Pêcheux, 1999, p. 53) entre uma “regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula” (Pêcheux, 1999, p. 53). A memória corresponderia a um espaço de “estabilização parafrástica” (Pêcheux, 1999, p. 53), que pode vir a sofrer uma “desregularização” pelo acontecimento. Em termos de Pêcheux (2006), o acontecimento se dá “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (2006, p. 17). Diz-nos Pêcheux (1999):

Esta questão [do papel da memória] nos conduziu a abordar as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória (Pêcheux, 1999, p. 49-50).

Para explicar tal definição, Mónica Zoppi Fontana (2020, online) alude a uma sequência numérica do tipo “2, 4, 6”. Um efeito da memória, por sua potencial coerência, seria uma regularização dos implícitos, levando-nos a considerar uma regra geral do tipo “n+2”. O acontecimento discursivo seria continuarmos a sequência assim: “2, 4, 6, 9”. Esse acontecimento, o número 9 no lugar do esperado 8, pode vir a se inscrever na memória, desestabilizando-a, ou seja, passamos a compreender a sequência “2, 4, 6” de outra maneira que “n+2”. Em síntese, há uma disjunção constitutiva da memória, definida, por fim, como “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização” (Pêcheux, 1999, p. 56).

Na esteira de Pêcheux, ao refletir sobre o silêncio<sup>10</sup> durante o período ditatorial brasileiro, Orlandi (1999) menciona que houve “sentidos possíveis, historicamente viáveis, [que]

<sup>10</sup> Orlandi (2007, p. 102) distingue três tipos de silêncio. O primeiro é o silêncio fundador, que “torna toda a significação possível”. Os outros dois tipos de silêncio participam da política do silêncio: há o silêncio constitutivo a todo dizer, uma vez que “todo dizer cala algum sentido”, e o silêncio local, enquanto censura, que será tematizado nesta subseção.

foram politicamente *interditados*. E tornaram-se inviáveis” (Orlandi, 1999, p. 63, grifo da autora). Orlandi (1999) concorda com a disjunção constitutiva da memória, mas acrescenta que o que acontecera em maio de 1968, com a tortura e a censura políticas, “é de outra ordem” (Orlandi, 1999, p. 65).

Conforme Orlandi (1999), certos sentidos foram e são “excluídos para que não haja um já dito” (Orlandi, 1999, p. 65). Essa memória não falha, não se desloca, não se retoma; ela falta. Não há um “esquecimento produzido *por* eles, mas *sobre* eles. Fica-se sem memória” (Orlandi, 1999, p. 65-66). E se a memória é a “condição do dizível”, diz Orlandi, “esses sentidos não podem ser lidos” (Orlandi, 1999, p. 66). Eles não são “trabalhados socialmente, de modo a que pudéssemos nos identificar com essas posições” (Orlandi, 1999, p. 66), ficando de “**fora da memória, como uma sua margem que nos aprisiona nos limites desses sentidos**” (id., negrito da autora).

No entanto, os sentidos interditados não desaparecem como um todo, “ficam seus vestígios” (Orlandi, 1999, p. 67). Em nosso caso, o arquivo de pajubá contempla sentidos de uma língua outra, que não a língua nacional, a partir da alteridade para com palavras ainda não dicionarizadas<sup>11</sup>. São palavras usadas por sujeitos que têm sido sistematicamente apagados, da senzala, do terreiro ao gueto homossexual. São sentidos *outros*, sujeitos *outros* e espaços *outros*, em uma conjuntura contraditória de exterminação simbólica pelo Estado e ressonância de vozes que não puderam calar.

Segundo Basso e Ilari (2020), a história de uma palavra<sup>12</sup> do pajubá (*acuendar*) demonstraria “como pode ser tortuoso o caminho que garante a sobrevivência de vozes africanas, num país em que o afrodescendente sempre viveu em condições de inferioridade” (Basso; Ilari, 2020, p. 167). Elaboramos, a seguir, uma síntese do silenciamento ao africano e/ou afrodescendente e à multidão *queer*, delimitando um gesto de leitura do arquivo de pajubá que considere as tensões entre um “esquecer” brutal e um “repetir” insubmisso, entre a coerência de uma memória anti-*queer* e o acontecimento disruptivo de uma visibilidade *queer*, por exemplo, a partir dos documentos que compõem o arquivo.

Brevemente, os falantes de línguas africanas das regiões bantu e oeste-africana foram trazidos compulsoriamente para o cativeiro em território brasileiro e escravizados, sendo que muitos morreram precocemente (Castro, 2005, p. 3). Suas línguas, cerca de duzentas ou trezentas, “não chegaram ao Brasil com o mesmo estatuto linguístico de que dispunham no seu continente de origem” (Petter, 2005, p. 200). Apesar da maioria numérica de africanos em território brasileiro, fatores demográficos, econômicos e étnico-raciais impediram a formação de um crioulo de português com alguma língua africana (Lucchesi, 2019, p. 241), como também impediram que essas línguas detivessem, ainda hoje, o “estatuto de línguas plenas” (Petter, 2005, p. 194).

Quanto ao silenciamento da multidão *queer*, conforme Gilberto Velho (2004), mesmo os estudos acadêmicos sobre os homossexuais ao longo da década de 1980 sofreram resistência por parte da academia. Erdmann (1981), uma etnografia sobre prostituição em Florianópolis (SC),

<sup>11</sup> Encontram-se no *Houaiss* online poucos africanismos do pajubá. Entre eles, *adé, equê, erê, ilê, obé, xirê* (acesso em: 11 dez. 2024). Trata-se de um futuro objeto de pesquisa, orientado por questões como: um dicionário de língua portuguesa deve dicionarizar palavras de outras línguas do Brasil? As línguas afro-religiosas e o pajubá são parte da língua portuguesa ou são outras línguas?

<sup>12</sup> Em uma perspectiva discursivo-materialista de história das ideias linguísticas, conforme demonstraremos em artigos posteriores, o estudo da história de uma palavra se dá com a análise de sua “narratividade”, isto é, a análise da “identificação” de diferentes “posições de sujeito” com os sentidos das palavras, “em seu atravessamento pela história” (Petri, 2022).

também relata a brutal criminalização de travestis profissionais do sexo. Uma de suas entrevistadas diz: “Saí de São Paulo, ganhava muito dinheiro lá, mas aquela macacada<sup>13</sup> toda no rabo da gente! [...] o Richetti<sup>14</sup> que se foda com os macacos dele” (Erdmann, 1981, p. 48).

Um artigo publicado pela imprensa alternativa da ilha, relatado por Erdmann (1981), denunciava “sessões de espancamento” das travestis por policiais, os quais manifestavam “sua ideologia da preservação da família, da moral e das tradições” (1980 *apud* Erdmann, 1981, p. 49). Também o artigo de Mott e Assunção (1987), uma etnografia sobre a automutilação das travestis, é bastante enfático quanto à repressão:

[M]uitos homossexuais são detidos com muita violência: em 1976, 25 travestis paulistas são presos numa única noite; em 1981, também em São Paulo, 89 de uma só vez; 9 em Belo Horizonte, em dezembro de 1982; 13 de uma só vez no Rio de Janeiro, no mesmo ano; 120 em Bogotá, mostrando que, lastimavelmente, não é privilégio do Brasil a repressão policial contra esta categoria de homossexuais. Mais de 2.000 detenções de travestis só em São Paulo no ano de 1979 (Mott; Assunção, 1987, s.p.).

Ao longo da constituição do Estado brasileiro, os sujeitos africanos, afrodescendentes e a multidão *queer* têm sido silenciados. Portanto, produziu-se esquecimento sobre essas populações, sobre sua produção simbólica (Orlandi, 1999). São sentidos que nos faltam, aprisionando-nos em uma memória lacunar. De todo modo, a despeito da tentativa de extermínio simbólico, ela não fora implacável; há os discursos insubmissos que não se deixaram interditar, que ousaram perdurar, e que serão lidos, atualmente, como discursos a serem lembrados.

\*

Essa tensão se transforma com a redemocratização do Brasil e com o fim da censura (1988). A gestão do extermínio simbólico da multidão *queer* pelo Estado cede espaço, aos poucos, à gestão da cidadania do homossexual, da travesti etc. Como parte da promoção da cidadania, o direito à memória. Em geral, há o deslocamento de um “esquecer” brutal a um “lembrar” reparatório, como também o deslocamento do “repetir” insubmisso a um “lembrar”/“repetir” autorizado pelo Estado.

A tarefa política de historicizar as injustiças contra a multidão *queer* tem sido conduzida por instituições como a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva. Tal comissão propôs audiências e publicou relatórios sobre essa violência específica no âmbito da política ditatorial. No âmbito da iniciativa paulista, o pajubá comparece em uma entrevista de Thaís de Azevedo para o Memorial da Resistência de São Paulo, na seção do arquivo das violências estatais contra a multidão *queer* (Azevedo, 2022). Trata-se de uma das poucas menções à língua por um discurso de aparelho do Estado.

Consideramos que a leitura do arquivo de pajubá está em “relação a” (Canguilhem,

<sup>13</sup> As palavras “macaco” e “macacada” eram usadas por cangaceiros para se referir a policiais volantes que assaltavam as zonas rurais do Nordeste brasileiro e, provavelmente, o uso se popularizou.

<sup>14</sup> O delegado José Wilson Richetti comandou, ao longo das décadas de 1970 e 1980, rondas policiais que visavam “limpar” a presença de travestis da região central da cidade de São Paulo, de acordo com o site do Memorial da Resistência de São Paulo (s./d., online). Com a morte de Richetti em 1990, a lei estadual nº 7.076, de 1991, estabeleceu que a Delegacia Seccional de Polícia Centro, do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (DEGRAN), passaria a ser denominada com seu nome em sua homenagem (São Paulo, 1991).

1990 *apud* Pêcheux, 1994) essas tentativas de reparação, o que nos coloca na esteira de iniciativas como as que têm sido tomadas por Comissões da Verdade mundo afora. Nesse sentido, as participações dos filósofos Jacques Derrida (1930-2004) e Achille Mbembe nas conferências da Comissão de Verdade e Reconciliação sul-africana, que recolheu depoimentos e outros materiais sobre o período do *apartheid* no país (1948-1994), podem auxiliar na compreensão desse “lembrar” contraditório.

Segundo Mbembe (2002), os historiadores e os arquivistas servem ao Estado porque organizam os “destroços” do passado. Dessa maneira, o historiador sustentaria a democracia do Estado, na medida em que oficializa *uma* história sem dívidas (Mbembe, 2002, p. 26). Em síntese, Mbembe (2002) aponta para a semelhança entre a constituição do arquivo institucional e um ritual de sepultamento, no qual o Estado tende a anestesiá-lo o passado, enterrar os mortos, confessar e domar a memória sobre seus crimes, isto é, “o demônio que carrega” (Mbembe, 2002, p. 26).

Por sua vez, Derrida (2002, p. 50), imaginando um “arquivo perfeito” que contemplasse toda a verdade das injustiças do *apartheid*, sugere que esse arquivo não produziria lembrança, mas sim esquecimento:

[M]esmo se houver êxito em reunir tudo o que for necessário em relação ao passado, e que se interpretar tudo isso de uma forma totalmente satisfatória [...] por essa própria completude do arquivo, o que será proporcionado não será [...] a verdadeira memória. Será esquecimento. Isto é, o arquivo – o bom arquivo – produz memória, mas produz esquecimento ao mesmo tempo (Derrida, 2002, p. 50).

Derrida (2002) explicava que, ultimamente, andava refletindo sobre a diferença entre perdão e esquecimento. Derrida pondera que “para perdoar [...] você tem que manter [a lembrança] tão vívida, ativa [...], que é como se você estivesse tendo uma quase-alucinação da violência que você está perdendo” (Derrida, 2002, p. 78). Em suma, Mbembe (2002) e Derrida (2002) iluminam uma contradição: o “lembrar” reparatório poderia produzir um “repetir” pacificado ou um “lembrar” alucinante.

Os arquivos do *apartheid* podem vir a produzir esquecimento sobre esse passado ao instituir uma leitura totalitária, autorizada pelo Estado, de modo que sua dívida fosse quitada, desconsiderando que outras leituras nos têm sido impossibilitadas e que essas lacunas também produzem sentidos. Por outro lado, esses arquivos podem vir a produzir lembrança, a partir de um confronto quase-alucinante, fantasmagórico, com a violência que denunciam.

Gostaríamos de tecer uma breve alusão a um documentário chileno chamado *Nostalgia da luz* (2010), do diretor Patricio Guzmán, para compreender como essa condição de produção pode vir a constituir a leitura do arquivo. O filme de Guzmán contrasta dois modos de olhar no meio do deserto do Atacama: o olhar científico de astrônomos, através de centenas de telescópios instalados no deserto, uma vez que a aridez facilita a investigação do céu; o olhar para o solo de familiares de jovens desaparecidos pela ditadura de Pinochet (1973-1990), a fim de obter a confirmação se eles foram ou não mortos e enterrados ali pelo Estado.

Ao investigar o pajubá durante a década de 1980, no Brasil, buscamos nos posicionar, ao mesmo tempo, como esses cientistas e como esses familiares, em uma busca alucinatória pelo ‘deserto’ de documentos. No documentário, os ossos que os familiares (não) encontram se

confrontam com a dolorosa memória de um luto incerto e são capazes, em tais condições de leitura, não só de falar um “adeus” definitivo aos familiares, como também de contar as circunstâncias materiais de seus últimos dias (“sim, a ditadura nos matou e nos descartou aqui”).

Já os discursos sobre língua(s) poderiam nos “contar” não só sobre as circunstâncias da (sobre)vivência de uma população vulnerabilizada, como também as memórias, inscritas na língua, de sujeitos anônimos que disseram *antes* e, sobretudo, que (sobre)viveram *sob/contra* o Estado. No que tange à língua, esse “lembrar” reparatório pode vir a se reproduzir nas formas de conhecimento linguístico, garantindo o direito à memória, mas também submetendo a imprevisibilidade e a contemporaneidade dos efeitos dos confrontos entre sentidos, sujeitos, línguas (o pajubá, o português, as línguas afro-religiosas) a uma memória controlada e legitimada de uma ‘língua do passado’, fortuitamente restrita a uma lista de palavras isoladas.

\*

A última tensão na leitura do arquivo a ser estudada por este artigo envolve um “deslocar” apologético do pajubá pela militância, relacionado ao que Nora (1994) conceituaria como “lugar de memória”. As leituras contemporâneas sobre o pajubá têm sido constituídas, muito frequentemente, por certas projeções imaginárias em relação ao sujeito e à língua, significando-as, respectivamente, como mártires a serem lembradas e como uma produção simbólica a ser valorizada, homenageada.

Como temos dito, o pajubá tem sido lido como parte de uma história de luta entre as sexualidades hegemônicas e não-hegemônicas, uma história que ainda se prolonga nos dias de hoje. Esse papel da língua tem buscado ser eternalizado em diversos tipos de homenagens atuais, demarcando a leitura comemorativa do pajubá, fazendo trabalhar o imaginário de orgulho<sup>15</sup>. A fim de ilustrar esse funcionamento, elencamos a seguir ações contemporâneas que foram nomeadas com o nome da língua, localizáveis por uma pesquisa simples em sites de busca:

- a) Acervo Bajubá (projeto comunitário);
- b) Cineclube Pajubá (Niterói-RJ);
- c) *Pajubá* (álbum musical de Linn da Quebrada);
- d) Museu Bajubá (virtual);
- e) Coletivo Pajubá (Atibaia-SP);
- f) Coletivo Bajubá (Guarapuava-PR);
- g) Pajuball (evento em São Paulo-SP);
- h) Pajubá-terapia (conceito da psicóloga Sophia Fávero);
- i) Coleção Pajubá (Editora Hecatombe);
- j) Pajubá - Festival de Cinema (Rio de Janeiro-RJ);

---

<sup>15</sup> Não nos deteremos em uma análise filosófica ou psicológica sobre o orgulho. Basta ressaltar que os sentidos de orgulho podem (se) inscrever (em) uma série de contradiscursos, por exemplo, nessas homenagens a uma população vulnerabilizada.

- k) Pajubá LAB (laboratório de projetos);
- l) Pajubá (filme de Gautier Lee);
- m) Minuto Pajubá (uma iniciativa do Projeto Pajubá).

Assim celebrado, a leitura do arquivo de pajubá pode produzir, como efeito, um lugar de memória, conceito do historiador Pierre Nora (1993), para quem “os lugares de memória são, antes de tudo, restos [...] nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos” (1993, p. 12-13). Continuando com Nora, “a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória” (1993, p. 13). Ainda com o autor: “Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora” (*loc. cit.*).

Tendo em vista a discussão de Nora (1993), esse deslocamento apologético na maneira de ler o pajubá representaria a dificuldade de memórias espontâneas, esburacadas e incompletas e a felicidade com uma memória maquiada como artifício militante. Em consonância, Courtine (2014) explica que a relação entre arquivo e os ritos de comemoração produzem uma “história fictícia” (Courtine, 2014, p. 238), uma “anulação imaginária do processo histórico” (Courtine, 2014, p. 239). Isso porque a “cristalização do tempo histórico” (*op. cit.*, p. 239) de *um* sentido de pajubá a ser comemorado apagaria o confronto de sentidos, o “produto da história real” (Courtine, 2014, p. 238), que garante a possibilidade do sentido sempre vir a ser outro.

Decerto outras condições de produção, que não as que foram analisadas neste artigo, podem vir a constituir diferentes leituras do arquivo de pajubá, em sua incompletude constitutiva. O arquivo permanece sempre aberto para outras leituras possíveis, em especial, para o porvir (cf. Derrida, 1995), como procuramos explicar brevemente a seguir, à guisa de conclusão.

#### 4 Considerações finais

Ao longo do artigo, nós buscamos refletir sobre as tensões que se articulam à leitura do arquivo de pajubá, na medida em que todo gesto de interpretação se inscreve em uma memória de efeitos de sentidos, no perpétuo “trabalho da memória histórica” consigo mesma (Pêcheux, 1994). Gostaríamos de elaborar uma síntese do desenvolvimento teórico e considerar os futuros desdobramentos da pesquisa.

Primeiramente, apresentamos que uma relação desigual de força produz(ira) silenciamentos, uma ausência, um esquecer brutal ou lacuna; por outro lado, um repetir insubmisso não cessa(ra) de ser ouvido. Posteriormente, a conjuntura dita democrática viria a deslocar essa tensão, instituindo o direito à memória, o lembrar/repetir autorizado do pajubá enquanto língua de resistência e o esquecer, subserviente ao Estado, de uma pluralidade de outros sentidos possíveis. Enfim, as homenagens ao pajubá participariam de um deslocamento a um lembrar/repetir apologético, comemorativo; por sua vez, há o apagamento da ‘memória espontânea’, em termos de Nora (1993), ou da memória histórica, constitutivamente em disjunção, em termos discursivo-materialistas.

Conforme Pêcheux (1977, p. 2 *apud* Courtine, 2014, p. 125), a análise do discurso não se caracteriza por “intervenções meramente técnicas, uma certa maneira de tratar os textos está

inextricavelmente ligada a uma certa maneira de fazer política.” Nossa posição, ao longo deste artigo, articula uma reflexão sobre arquivo e memória, por ser esta uma questão política na contemporaneidade. Em termos de Courtine (2014), este trabalho se opõe à “dominação legitimada por uma *política sem memória*” (Courtine, 2014, p. 240), ou seja, à destruição de um povo a partir da destruição de sua memória. Nesse sentido, nossa posição teórico-política caracteriza-se como uma luta por memória, mas de uma memória que não se desarticule ao processo histórico, que não (nos) cristalize, (nos) imobilize...

Para concluir, Derrida (1995, p. 109) diria que nós “associamos o arquivo com a repetição e a repetição com o passado. Mas é do porvir (*avenir*) que se trata aqui e do arquivo como experiência irreduzível do porvir”. Derrida (1995, p. 109) explica que a afirmação do porvir, algo como um “sim”, é tanto a “condição de toda promessa ou de toda esperança (*espérance*), de toda espera, de toda performatividade, de toda abertura ao porvir, seja para a ciência, seja para a religião”.

Todo gesto de leitura em que se produzam arquivos de pajubá inicia-se com a resposta “Sim, isso é pajubá!”, oferecida por fantasmas de falantes que não estão mais entre nós<sup>16</sup>. Nesse sentido, encerraremos este artigo com um pequeno poema, escrito ao longo da leitura das obras que foram mencionadas aqui. Seria possível dizer que, no poema, a tensão entre o passado e o presente se dá quando o fantasma conta um pouco de tudo que sabe e o vivente a ele se sente unido...

“Presença que assusta / a viva imagem / de um fantasma feliz / por encontrar-me aqui. // Fosse uma miragem, / não cheiraria bem / como um santo, / não estaria de branco, / não me intimidaria dizendo: // – Ali onde todas as coisas se rebelam, / ficou uma dor que me alucina. / E eu sinto essa dor em mim. // – Ali onde todas as vozes se batalham, / me restou uma palavra não dita. / E eu sinto essa maldição. // – Ali onde todas as lágrimas sangraram / eu estou ali inteira, vermelha. // E seu medo / de onde pulsam esses sinais / é meu medo” (Pereira, 2022).

## Referências

Adé Dudu. *Negros homossexuais*: pesquisa realizada pelo grupo Adé Dudu. Salvador, 1981. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/ade-dudu/negros-homossexuais-pesquisa-realizada-pelo-grupo-ade-dudu/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

Alonso, N. T. de Q. *Do Arouche aos Jardins*: uma gíria da diversidade sexual. 2005, 170 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

Araujo, G. C. *(Re)encontrando o Diálogo de bonecas*: o bajubá em uma perspectiva antropológica. 2018. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Sociais,

<sup>16</sup> A relação entre o processo de arquivo e uma conversa com fantasmas faz referência a Derrida (1995), quando ironiza a circuncisão (outra circuncisão, brinca Derrida) póstuma de Freud ao judaísmo, proposta por Yosef Hayim Yerushalmi (1932-2009). Para Derrida (1995), acordara-se o fantasma do psicanalista somente para ouvir dele algo como: “Sim, a psicanálise é uma ciência judia.”

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

Astral. *Diálogo de bonecas*. Rio de Janeiro: PIM, ISER, PNDS/AIDS, AIDSCAP/BRASIL/FHI, 1992. Disponível em: [https://issuu.com/jovannacardoso/docs/cartilha\\_di\\_logo\\_de\\_bonecas](https://issuu.com/jovannacardoso/docs/cartilha_di_logo_de_bonecas) (2019). Acesso em: 11 ago. 2024.

Auroux, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

Azevedo, T. de. *Entrevista sobre gênero, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar*. Entrevista concedida a Marcos Tolentino e Julia Gumieri em 20/07/2022 no Memorial da Resistência de São Paulo por meio do “Projeto Percursos Curatoriais Gênero e Ditadura” desenvolvido em parceria com o Acervo Bajubá.

Basso, R. M.; Ilari, R. Semântica diacrônica e o português brasileiro. *Cadernos da ALFAL*, n. 12, v. 2, p. 145-171, 2020.

Borba, R. Intertext(sex)ualidade: a construção discursiva de identidades na prevenção de DST/AIDS entre travestis. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 49, n. 1, p. 21-37, 2016.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II. Textos temáticos. *Ditadura e homossexualidades*. Brasília: CNV, 2014.

Castro, Y. P. de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

Courtine, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

Courtine, J.-J. Definições e orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. *Policromias*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 14-35, 2016.

Derrida, J. *Mal d'archive*. Paris: Éditions Galilée, 1995.

Derrida, J. Archive Fever. In: Hamilton, C. et al. (ed.). *Refiguring the Archive*. Amsterdam: Kluwer Academic Publishers, 2002.

Erdmann, M. R. *Reis e rainhas do desterro: um estudo de caso*. 1981. 148 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1981. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77278>. Acesso em: 17 ago. 2024.

Florentino, C. de O. *‘Bicha tu tens na barriga, eu sou mulher...’: etnografia sobre travestis em Porto Alegre*. 1998, 173 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) -UFSC, Florianópolis, 1998.

Green, J. N.; Quinalha, R. Agradecimentos. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

Guzmán, P. *Nostalgia de la luz*. Documentário (1h30min). França: POV, 2010.

Houaiss online. (Dicionário.) Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

Kulick, D. *Travesti: Sex, Gender and Culture among Brazilian Transgendered Prostitutes*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

Lucchesi, D. Por que a crioulização aconteceu no Caribe e não no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos. *Gragoatá*, Niterói, v. 24, n. 48, p. 227-255, 2019.

- Mariani, B. Da incompletude do arquivo: teorias e gestos nos percursos de leitura. *Resgate*, v. 24, n. 1, p. 9-26, 2016.
- Mariani, B.; Medeiros, V. História das Ideias Linguísticas no e do Brasil. In: Savedra, M. M. G.; Windle, J. A. *História, política e contato político*. Niterói: EdUFF, 2024.
- Mbembe, A. The Power of the Archive. In: Hamilton, C. et al. (ed.). *Refiguring the Archive*. Amsterdam: Kluwer Academic Publishers, 2002.
- Modesto, R. A denúncia na textualização do social no enlace das materialidades significantes. *Revista Línguas & Letras*, Unioeste, v. 16, n. 34, p. 158-176, 2015.
- Morello, R. Por políticas públicas de reparação ao extermínio e repressão de línguas no Brasil. In: Rosário, I. da C. do; Esteves, P. M. da S. (org.). *Estudos de linguagem: (re)construindo políticas de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2024.
- Mott, L.; Assunção, H. Gilete na carne: etnografia das automutilações dos travestis da Bahia. *Temas IMESC Soc. Dir. Saúde*, n. 4, v. 1, p. 41-56, 1987.
- Moura, J. R. F. *Da sombra às cores: análise discursiva do dicionário LGBTs Aurélia*. 2018. Tese (Programa de Pós-Graduação em Linguística), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- Nora, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n. 10, v. 1, p. 7-28, 1993.
- Orlandi, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: Achard, P. et al. *Papel da memória*. Campinas (SP): Pontes, 1999.
- Orlandi, E. P. *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- Orlandi, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas (SP): Pontes, 2007.
- Pêcheux, M. Análise Automática do Discurso. In: G., F.; Hak, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1969].
- Pêcheux, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995 [1975].
- Pêcheux, M. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. P. (org.) et al. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Trad. Bethânia S. C. Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- Pêcheux, M. Papel da memória. In: Achard, P. et al. *Papel da memória*. Campinas (SP): Pontes, 1999.
- Pêcheux, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2006 [1983].
- Pedro Janov e seu arquivo de vídeos. *Documento Especial: Travestis - Manchete*, 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oONClgzq4EM>. Acesso em: 11 ago. 2024.
- Pelucio, L. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo da AIDS*. São Paulo: Annablume, 2009.
- Pereira, K. A. 'Presença que assusta...'. *Instagram*. 20 jul. 2022. Disponível em: [instagram.com/cobra.rasteira\\_](https://www.instagram.com/cobra.rasteira_). Acesso em: 11 ago. 2024.
- Pereira, K. A. *Arquivo de pajubá (1977-1989): discursos sobre língua(s) e porvir pedagógico*. 2024.

125 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

Perlongher, N. O. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/3516>. Acesso em: 17 ago. 2024.

Petri, V. Conferência: Bajubá/pajubá: de linguajar popular a museu online. 2022. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=9snx2Z-XrZQ>. Acesso em: 11 ago. 2024.

Petter, M. M. T. Línguas africanas no Brasil. *Gragoatá*, v. 10, n. 9, p. 193-217, 2005.

Preciado, P. B. Multidões queer: nota para uma política dos anormais. *Rev. Estud. Fem.*, n. 19, v. 1, s.p., 2011.

Rodríguez-Alcalá, C. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, v. 53, n. 2, p. 197-217, 2011.

São Paulo. Governo do Estado de São Paulo. *Memorial da resistência de São Paulo*. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

São Paulo. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Lei nº 7.076, de 30 de abril de 1991*. Dá denominação de “Dr. José Wilson Ricchetti” a Delegacia [...] Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/20806>. Acesso em: 11 ago. 2024.

Turra, B. M.; Costa, T. A. ‘A linguagem particular daquelas pessoas’: Campo de batalha discursivo em comentário do (des)presidente sobre o Enem. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 30, n. 3, 2022, s./p.

Velho, G. Introdução: um trabalho pioneiro. Rio de Janeiro: Garamond Editora, 2004, p. 13-16. (Prefácio à reedição de *O homossexual visto por entendidos*, de Carmen Dora Guimarães.)

Vem Comigo. *Goulart e os travestis*. 2016. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=70hpKzDPOwk>. Acesso em: 10 fev. 2022.

Zoppi-Fontana, M. G. Acontecimento discursivo. *enciDIS UFF*. 2020, online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=exCWhsW3hug>. 11 ago. 2024.

Recebido em: 19/08/2024

Aceito em: 30/11/2024